

Haiti: um modelo de desenvolvimento anticamponês*

Frédéric Thomas**

Resumo:

Este artigo examina os antagonismos no mundo rural no Haiti. De um lado, governo e empresas se esforçam para integrar territórios na economia de mercado mundial se apoiando em projetos de “desenvolvimento” extrativistas, nos setores agrícolas, de minérios ou energético. De outro, camponeses e camponesas tentam resistir a esta nova ofensiva e defendem modelos de vida para os quais autonomia e soberania alimentares são pilares centrais.

Palavras-chave: Haiti; desenvolvimento; neoliberalismo; zonas francas; associações camponesas.

Haiti: An Anti-Peasant Model of Development

Abstract:

This article examines the antagonisms in the rural world of Haiti. On the one hand, the government and businesses attempt to integrate territories in the world market economy based on extractivist “development” projects in the agricultural, mining and energy sectors. On the other hand, peasants try to resist this new offensive and defend lifestyles in which autonomy and food sovereignty are central pillars.

Keywords: Haiti; development; neoliberalism; export processing zones; peasant associations.

Desde o final de 2013, na Île-à-Vache¹, sudoeste do Haiti, os habitantes se mobilizam contra o megaprojeto “Destinação Turística”. Ao nordeste, fronteira com a República Dominicana, as trabalhadoras e os trabalhadores da zona franca de Caracol – algun(ma)s organizado(a)s dentro do sindicato *Batay ouvriye* – e as associações camponeas cujas terras foram tomadas, se opõem a esta zona franca inaugurada em 2012, e implantada em terras agrícolas férteis. Enquanto em outras partes do país, principalmente nas montanhas do norte, os projetos de

* Traduzido do francês por Renata Gonçalves.

** Doutor em Ciência Política, pesquisador do Centre Tricontinental (CETRI), Louvain-La-Neuve, Bélgica. Endereço eletrônico: thomas@cetri.be

¹ Ilha situada a 10 km da cidade de Cayes. [Nota da tradutora].

exploração de minérios suscitam tanto relutância dos movimentos sociais como ganância da “elite” política e econômica haitiana.

Quais laços existem entre os diversos projetos e essas múltiplas resistências? Os primeiros desenham os contornos e a dinâmica de um tipo de desenvolvimento criado pelo governo haitiano e apoiado – ou mesmo teleguiado – pelas instituições internacionais e algumas grandes potências mundiais – tendo como carro-chefe os Estados Unidos. Os movimentos sociais haitianos, em geral, e os movimentos camponeses, em particular, se opõem a tais projetos, ao apresentar outra visão de sociedade. Assim, apesar de diferentes estes mega-projetos participam de uma mesma lógica, centrada em características comuns, convergindo para um modelo de desenvolvimento em que os camponeses são a escória.

Um modelo de desenvolvimento: “*Haiti is open for business*”

O *Plano estratégico de desenvolvimento do Haiti* é um bom guia do que é o modelo haitiano. Trata-se de uma continuação das políticas implementadas pelo menos desde o início de 1980, mas também este Plano marca certa inflexão que realça ainda mais os eixos salientes de escolhas políticas e de um tipo de desenvolvimento. Este pode ser dividido em três perspectivas: o neoliberalismo, as zonas de livre comércio e a guerra aos agricultores.

Publicado em maio de 2012 pelo governo do presidente Martelly (eleito em 2011), o Plano estratégico de desenvolvimento do Haiti² apresenta quatro grandes projetos – refundações territoriais, econômicas, sociais e institucionais – do Estado para fazer do Haiti um país emergente em 2030. Se este documento é um depósito de tudo sem muita coerência, que procura, ao que parece, mais convencer a “comunidade internacional” do que o povo haitiano, algumas grandes linhas norteadoras emergem. “A escolha do setor privado como o primeiro agente da criação de riqueza e de emprego” é assim reafirmada em vários momentos (2012: G, 15 e 29). Seu corolário é que deve estimular, incentivar, atrair o investimento privado (principalmente estrangeiro) e, para isso, oferecer um ambiente macroeconômico atraente e um quadro jurídico liberalizado para os negócios (2012: 243). Desde então, a fim de remover limitações, eliminar gargalos de investimento, o governo pretende recorrer ao “processo de ‘guilhotina legislativa’” (2012: 29 e 243)³, que leva seu nome...

² Exceto informação contrária, todas as citações provêm deste documento.

³ O processo de “guilhotina legislativa” é uma maneira rápida de desregulamentação, para eliminar regras “inapropriadas” em relação aos empresários, por meio de uma lista tripla de verificação simples: esta regra é 1. Necessária? 2. Legal? 3. Favorável ao negócio (“business friendly”)? Coreia do Sul, México e Hungria estão entre os países que utilizam esta estratégia. Veja USAID (2005: 4-5).

Nada de novo sob o sol, a não ser a atualização das receitas do neoliberalismo, que declinam todas as opções do slogan presidencial: *“Haiti is open for business”*. E o documento para dar todas as garantias possíveis às instituições financeiras internacionais, multiplica as referências à doxa liberal em moda. Coincidindo com o neoliberalismo dos anos 1980, não se trata de acabar com o Estado – mesmo se isto é mais uma questão de discurso do que de prática – mas de redefinir seu papel. Como observado em 2005 pelo relatório da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPALC) sobre as questões relativas ao desenvolvimento do Haiti, feito sob a demanda da Missão das Nações Unidas para a estabilidade no Haiti (MINUSTAH): “ao invés de buscar um Estado minimalista ou maximalista, a tendência hoje é procurar um Estado eficaz” (CEPALC, 2005: 13). Eficaz, bem entendido, para favorecer os câmbios comerciais.

O que se traduz no Plano Estratégico de Desenvolvimento para o Haiti, destacando parcerias público-privadas, e uma divisão de trabalho em que o Estado desempenha um papel de subordinado – porém, estratégico – de apoio ao mercado. É particularmente visível em tudo que se refere às políticas públicas de saúde, educação e proteção social. O Plano afirma, peremptoriamente: “devemos direcionar o acesso gratuito”. No entanto, gratuita é apenas a afirmação. O que a torna, logo de início, comprometida. A jusante, pois esta acessibilidade, de acordo com o governo, não “será eficaz enquanto os efeitos do crescimento não forem percebidos de uma forma sensível e durável”; estes efeitos são, obviamente, condicionados à política neoliberal que deve ser instaurada. A montante, pois “a gestão financeira destes serviços estatais” pelos “parceiros internacionais” no Haiti seria total para os primeiros dez anos (2005: 30).

A mensagem implícita do governo é clara: “as ONGs internacionais, que se deleitam com grandes frases sobre a educação, a saúde etc., devem financiar estes serviços. O Estado haitiano tem outras prioridades, a primeira delas é atrair investimentos privados, único meio de assegurar o crescimento e os empregos, que permitirão em seguida – só em seguida – um acesso aos serviços sociais básicos”. É preciso notar que, neste sentido, o Estado obedece às políticas das instituições internacionais, como a União Europeia (UE); esta, aliás, continua a apoiar, encorajar e traçar medidas de liberalização da economia haitina. Uma recente avaliação da política de cooperação da UE com o Haiti colocou em evidência “os efeitos não negligenciáveis no campo macroeconômico da legitimação do Estado”. Nas quase 400 páginas de relatório, os direitos humanos no Haiti estão praticamente ausentes. Esta subestimação, ou mesmo ocultação da deterioração e da deriva autoritária do regime – foi denunciada, dentre outras, pela Coordenação Europa-Haiti (Co-EH): “nenhuma ação eficaz [da UE] foi tomada para se opor à deriva bem documentada do governo haitiano em direção

ao autoritarismo e ao nepotismo”⁴ – é a consequência da focalização neoliberal sobre os indicadores macroeconômicos⁵.

Os estudos demonstram que as despesas sociais do Estado haitiano não somente são as mais baixas da região do Caribe, como também diminuíram nos últimos anos. Nathalie Lamaute-Brisson observa que “as despesas sociais diminuíram entre 2002 e 2011, passando de 2,7% para 1,5% do PIB” (2013:18), enquanto o relatório de março de 2013, feito pelo FMI, sobre o Haiti sublinha a especificidade deste fenômeno com relação aos outros países da região: “as despesas com educação e saúde são respectivamente de 2,1 e 1,4% do PNB, contra 3,8 e 3,4% na média dos outros países da região. Diferentemente das tendências regionais, as despesas com o setor da saúde no Haiti diminuíram desde 1997, passando de 2,5% do PNB em 1997 para 1,4% em 2009” (FMI, 2013: 11).

A lógica neoliberal redefine as condições da soberania e das relações entre dependência e independência. Para ser independente, convém se desembaraçar da dupla dependência da ajuda e do Estado. E isto por meio do mercado, capaz de trazer o crescimento, as riquezas, os empregos, o desenvolvimento e, no fim das contas, a independência. O espaço do mercado é apresentado como neutro e natural, como um banho em que todos podem mergulhar. É ele que determina o grau de independência em função das “distorções”⁶ para seu livre funcionamento. Por extensão, ele redefine o papel e a eficácia do Estado e da ajuda, em função de seus efeitos de alavancar ou, ao contrário, emperrar, ou mesmo bloquear, o livre comércio. Uma das maneiras privilegiadas pelo governo haitiano de tender para esta independência é concentrar o desenvolvimento nos espaços geográficos com *status* específicos, as zonas francas.

A dinâmica das zonas francas

As políticas econômicas dos governos haitianos foram sobredeterminadas por supostas vantagens comparativas do país e por sua particular inserção no mercado mundial. O Plano estratégico de desenvolvimento do Haiti declara como uma evidência: “a posição geográfica do país com relação a certos grandes mercados de consumidores, a disponibilidade de uma mão-de-obra barata e a

⁴Ver Co-EH (2013). Sobre as eleições, o assassinato do coordenador da Plataforma das organizações haitianas de direitos humanos (POHDH) e sua esposa, ler Thomas (2014).

⁵ Consultar Commission Européene (2014).

⁶ Citando apenas um exemplo recente: “em 2013, a União Europeia avançou bem na supressão de certos obstáculos que criam distorções maiores e que travam o acesso de suas empresas aos mercados da China, da Índia, do Japão, do Mercosul (Brasil e Argentina), da Rússia e dos Estados Unidos, mesmo se as barreiras protecionistas permanecem profundamente encravadas em alguns países” (Union européenne; comunicado de imprensa de 20 de março de 2014).

existência da lei comercial ‘HELP’ que dá acesso privilegiado ao mercado estadunidense, particularmente por meio da área têxtil e do vestuário, constituindo vantagens que favorecem o desenvolvimento da indústria manufatureira” (2012: 108). Isto não faz que repetir o que os múltiplos estudos, relatórios e planos das instituições internacionais – feitos por seus experts e consultores, graciosamente pagos –, afirmam há decênios.

Um único exemplo, de 2005: “parece que o Haiti deveria seguir uma estratégia voltada para a ‘abertura’, pois o país possui uma situação geográfica de escolha e mercado interno restrito. Não se trata de uma questão de natureza doutrinária, mas de caráter prático diante da mundialização da economia. O Haiti deverá desenvolver suas vantagens comparativas [...]. Agir de outra forma seria colocar em perigo a durabilidade do crescimento econômico. De um modo geral, o Haiti deveria conservar, para o setor de bens e serviços, tarifas duaneiras relativamente fracas [...]. O Haiti não deveria parar na liberalização de sua conta de capital – já consumida há vários anos – mas atrair investimentos estrangeiros diretos em condições competitivas com relação a seus vizinhos do Caribe” (CEPALC, 2005: 10)⁷. O mesmo vocabulário pseudotécnico – não se trata de questão doutrinária –, apoiado na mesma chantagem – fazer de outra maneira seria um risco –, a serviço de uma mesma causa: abrir o mercado, liberalizar a economia e atrair os investimentos estrangeiros.

Porém, repetir incansavelmente um erro não o transforma automaticamente em verdade, assim como concluir uma hipótese falsa com uma tese truncada não constitui uma demonstração convincente. O que caracteriza o modelo haitiano é uma economia extravertida (PAPDA, 2013a: 27)⁸, dependente das exportações e voltada para o mercado mundial. Esta tende a se materializar em áreas remotas, voltadas para o mercado internacional, “libertas” de compromissos não mercantis com o Estado e/ou com a sociedade civil, e orientadas para a exportação. Trata-se de transformar as “vantagens comparativas” em “motores do crescimento”, em “pilares do desenvolvimento”, sobre os quais estabelecer sua estratégia. No Plano estratégico de desenvolvimento do Haiti encontra-se a prioridade para “a criação e implementação de estratégias que favoreçam [...]:

⁷ É sempre a mesma crença, reafirmada pelo Banco Mundial na ocasião de um seminário no final de setembro de 2013: esta apoia “as ações do governo para melhorar a área dos negócios, promover o financiamento dos investimentos para o crescimento do setor privado, e [o Banco Mundial] acaba também de lançar um programa para a identificação e implementação das prioridades para facilitar o intercâmbio, a fim de reduzir custos de transações comerciais no Haiti” (Banco Mundial, comunicado de imprensa, 27 de setembro de 2013).

⁸ Ver também Saint-Victor (2012).

- a exploração dos recursos naturais;
- a exploração de áreas turísticas, comerciais e industriais com a participação de capitais privados” (PAPDA, 2013a:110).

David Harvey, em seu livro *Le nouvel imperialisme*⁹, lembra que a economia capitalista prefere um quadro institucional estável, com regras contratuais garantidas por um Estado suficientemente forte. Mas, a despeito de tais garantias, os agentes econômicos podem assegurar “áreas protegidas para si mesmos” (Harvey, 2010: 115-117). A burguesia haitiana substituiu na criação de um espaço nacional a constituição de enclaves, diretamente conectados ao mercado mundial, em geral, e estadunidense, em particular. Estes podem ser formalizados (como zonas francas), mas podem igualmente não ter este título e funcionar desta forma, tal é a característica do modelo de desenvolvimento do Estado haitiano.

As zonas francas constituem um pilar estratégico da política de desenvolvimento do Haiti. De um lado, se inserem na tendência histórica dominante da economia do país. De outro, participam de práticas neoliberais e da divisão internacional do trabalho que lhes cabem.

A lei de 2 de agosto de 2002 institucionalizou as zonas francas econômicas como “áreas geográficas para as quais se aplica um regime especial em termos de direitos e controles duaneiros, fiscalização, imigração, investimento de capitais, comércio exterior” (PAPDA, 2013b: 37). Dentre as principais medidas do regime especial, estão quinze anos de exoneração de imposto sobre a renda e a exoneração da franquia duaneira sobre a compra de equipamentos. Além disso, a lei explicita que pelo menos 70% da produção das zonas francas devem ser destinados à exportação.

Ainda hoje a economia haitiana é marcada por seu passado colonial – e sua lógica de superexploração de uma mão-de-obra abundante e pouco qualificada (à época, nas grandes plantações de monocultura: cana-de-açúcar e café) para a exportação. Trata-se de uma economia dependente, pouco diversificada, voltada para a produção de bens primários, principalmente destinados às antigas metrópoles. A burguesia do país, ao invés de investir em infraestruturas e nos setores produtivos, se concentra no comércio de importação-exportação e especulações. Ela gere o país como acionários administram seus estoques, apressadas em retirar o máximo de benefícios, sem dar nada em troca. Desta situação decorre em parte o fenômeno da terceirização da economia: a importância da agricultura e da indústria decresce em benefício do setor de serviços (sobretudo o pequeno comércio), que ultrapassava os 50% em 2012 (PAPDA. 2013a: 9).

⁹ Edição brasileira: *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004. [Nota da tradutora].

A dinâmica das zonas francas – verdadeiros enclaves desconectados da economia local, orientados para a exportação e diretamente dependentes do mercado mundial – está alinhada a este modelo e à classe social que reduzem o papel do Haiti à condição de subcontratante. O país deveria assim confirmar e sacralizar sua função de fornecedor de matéria-prima e de mão-de-obra barata. Ora, este modelo se choca triplamente com a economia camponesa: ao se apropriar de terras para a instalação de zonas francas econômicas (indústria da confecção, minas, turismo, monocultura); ao postular a obsolescência do mercado local, central para a agricultura camponesa e; por fim, ao forçar os camponeses a sair de suas terras e se tornarem mão-de-obra para as zonas francas.

Guerra aos camponeses

Um estudo da *Oxfam Amérique* (2012), sobre a indústria de arroz haitiano, mencionava “a incoerência das políticas agrícolas e comerciais nacionais”, lamentava “a ambivalência da política nacional para promover a produção e o consumo de arroz doméstico”. E se perguntava “se o objetivo principal das políticas haitianas era a de promover ou de punir a produção nacional” (2012: 8)? Na realidade, as políticas agrícolas e comerciais implementadas no Haiti pelos governos e instituições financeiras internacionais, nos últimos quarenta anos, são coerentes com a finalidade que, mais ou menos abertamente, acordaram: acabar com a produção agrícola camponesa e com o campesinato.

A agricultura haitiana é pobre, pouco produtiva e pouco competitiva. Todos fazem a constatação mais ou menos amarga. No entanto, a afirmação repetida desta fraqueza estrutural corre o risco de transformar as consequências de escolhas políticas em fatalidade. Marc Dufumier já afirmava em 1988 que “o campesinato haitiano conseguiu desenvolver sistemas de produção agrícola perfeitamente adaptados à precariedade de suas condições econômicas” (Dufumier, 1988). Portanto, longe de serem irracionais, estas práticas agrícolas eram coerentes e adaptadas ao meio em que viviam. O problema é que este mudou drasticamente.

Sob a ditadura dos Duvalier, o campesinato, submetido a inúmeros saques, nada recebia em troca, nenhum crédito ou serviço, nenhuma formação ou infraestrutura, e não pôde guardar qualquer quantia nem melhorar seus meios de produção. Confronta, desde então desarmado, no fim dos anos 1970, a série de choques que mergulham o país em uma crise multiforme, com a qual está cada vez mais difícil de lidar:

- a queda do preço de matéria-primas – como o café, fonte importante de divisas para o Haiti – no mercado mundial;

- a pobreza, o enfraquecimento da produção agrícola, sem fôlego, *pauvreté*, *l'affaiblissement de la production agricole*, a precariedade da posse que não protege os solos, o fraco acesso à terra, o parcelamento de propriedades já minúsculas, a ausência de créditos, a falta de capacitação, de equipamentos, de acesso aos serviços sociais básicos etc.;
- a crise ambiental, que se agrava – desmatamento e erosão dos solos –, acentua os desgastes das catástrofes naturais e afeta negativamente a agricultura;
- o crescimento demográfico – a população ultrapassou os 4,1 milhões de 1971 para cerca de 6,5 milhões em 1990;
- a conjuntura particular, com o surgimento da peste suína que leva ao abate sistemático de todos os porcos *créolas* (considerados como “banco do camponês”);
- e, enfim, o choque da liberalização da economia.

Os diversos choques se cruzam e se revezam, atingindo em cheio o país, sobretudo o mundo rural. Notemos que nenhum destes choques é em si “natural” ou, mais especificamente, não é a causa natural que produz o choque, mas o contexto no qual esta ocorre. Ora, este contexto é sobredeterminado por políticas anticamponesas de liberalização do mercado. Dito mais bruscamente, na lógica neoliberal de quem está no poder, os choques são simplesmente a demonstração de uma agricultura arcaica, condenada a desaparecer, mais ou menos no curto prazo, ou, para uma ínfima parte dela, se modernizar. Em suma, os choques sofridos pelos camponeses têm sido amplamente desejados e orquestrados pelo poder.

A guerra aos camponeses no Haiti se insere na história do país e nas estratégias de desenvolvimento do último quarto de século. Toda a história do Haiti foi sacudida por esta guerra mais ou menos aberta e declarada, de alta ou de baixa intensidade. No artigo citado, Dufumier menciona “políticas de desenvolvimento agrícolas anticamponesas”. Por sua vez, Fattou (2014) salienta “uma via explicitamente anti-rural [visível] nas políticas privilegiadas pela comunidade internacional”¹⁰. Outros evocam o fenômeno generalizado, no nível mundial,

¹⁰ O autor, citando Marc Cohen, insiste na oposição que poderia alavancar outra política: “De maneira evidente, qualquer aumento, mesmo mínimo, das taxas duaneiras corre o risco de ofender os Estados Unidos, principal parceiro comercial e fornecedor de ajuda bilateral. Tal ação atrairia também a oposição do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, todos atores-chaves do desenvolvimento do Haiti. Além disso, os importadores haitianos de arroz procurariam indubitavelmente defender seus interesses no controle do oligopólio do mercado doméstico do arroz importado”.

de “descamponização”. Na América Latina, os conceitos de “acumulação por espoliação” e de “extrativismo” – entendido como extração de recursos naturais em grande quantidade ou de maneira intensa, voltada principalmente para a exportação como matéria-primas pouco ou nada transformadas – são amplamente mobilizadas. Sem entrar nos detalhes de tais discussões¹¹, estas enfatizam os laços estratégicos entre desenvolvimento e os recursos naturais. As diferentes abordagens tentam definir um processo de exploração dos recursos naturais, cuja uma das características é a dupla liquidação da agricultura camponesa e do campesinato.

O antropólogo Gérard Barthélémy sintetizou numa bela fórmula as condições de vida dos camponeses haitianos: “O país de fora”. Segundo o autor, os antigos escravos, desconfiados de qualquer processo de acumulação de terras e de riquezas, de concentração de poder – sob a forma de grandes plantações e de um Estado centralizado –, que levaria a uma nova hierarquização e ao eventual risco de retorno do colonialismo, optaram não pelo confronto, mas por uma estratégia de evasão para evitar e contornar o Estado.

Este *país de fora*, o neoliberalismo não vai cessar de trazê-lo de volta para *dentro*, para o seio das negociações comerciais, ditadas por uma “extroversão dependente organizada” (Saint-Victor, 2012), de reduzi-lo aos códigos e normas do livre comércio mundial. Isto se faz minando os meios – terra, emprego, acesso aos recursos – que os camponeses ainda poderiam usufruir. Fala-se, no Haiti, de “descapitalização” do mundo rural para se referir a seu empobrecimento e exploração. Assim, a agricultura perdeu terreno em termos demográficos (em 2011, 46,4% da população vivia no mundo rural, contra 75,2% há 35 anos), econômicos (a parte do setor agrícola de 1998 a 2012 passou de 31 a 25% do PIB) e políticos (a parcela do orçamento destinado à agricultura é mínima e, de qualquer forma, as visões governamentais marginalizam ou se opõem ao mundo camponês).

Isto explica a paradoxal política de emprego do governo atual. Segundo o Plano estratégico de desenvolvimento do Haiti, “a agricultura permanece um dos mais importantes setores que impulsionam os empregos no Haiti e constitui um dos pilares da estabilidade do país. Ela fornece 80 por cento dos empregos no meio rural”¹². Ou seja, cerca da metade de todos os empregos no território nacional. No entanto, na hora de elaborar uma estratégia de criação de postos de trabalho, não é para a agricultura que o governo se volta, mas – ainda e sempre – para o setor privado e as zonas francas.

¹¹ Consultar, dentre outros, Harvey (2010), Gudynas (2013) e Delcourt (2010).

¹² Ver Gouvernement de la République d’Haïti (2012: 118).

Assim, o parque industrial de Caracol, inaugurado em outubro de 2012, supostamente representando “um símbolo do novo Haiti que se move”, tem por objetivo criar 65.000 postos de trabalho. Os 4.000 empregos atuais mostram que esta conta está longe de ser alcançada. Mesmo em seu apogeu, em 1987, as zonas francas de subcontratação não ofertavam mais que 40.000 postos, os mais precários e mal pagos (CEPALC, 2005: 4). Logo, há trinta e cinco anos os sucessivos governos do Haiti fazem – e perdem – a mesma aposta de geração de empregos. Se ainda insistem é porque os pressupostos subjacentes às escolhas e à visão que os guiam não são questionados.

O ponto de partida é que o campesinato haitiano não tem futuro. Sem competitividade e pouco produtivo, ancorado num míngua mercado local e vizinho próximo do maior produtor agrícola mundial – os Estados Unidos – está condenado a desaparecer. Por bem ou por mal. Que ninguém se iluda, existe um projeto alternativo muito mais grandioso. Trata-se de converter a economia camponesa – isto é, a economia nacional – em zona franca. O Haiti deve tirar proveito de suas “vantagens comparativas”. Ao invés de mirar no mercado local, no desenvolvimento nacional e numa política agrícola, é preciso contar com a sua abundante reserva de mão-de-obra, pouco qualificada e sobretudo barata, e privilegiar as exportações, principalmente com destino aos Estados Unidos.

O cálculo, se não simplista, era bem simples. Uma maioria de camponeses deveria abandonar uma agricultura ultrapassada para se tornar operários das zonas francas. O alimento que antes produziam de qualquer forma seria importado a baixo preço – graças à redução das tarifas duaneiras – e agora passariam a comprá-lo com seus salários. O Haiti teria assim uma dupla vantagem em sua proximidade com os Estados Unidos: importando seu alimento e exportando produtos de subcontratação (essencialmente têxteis). Todo mundo ganharia com isto. Exceto que apenas a metade do cálculo se verifica: os camponeses haitianos seriam colocados em condições em que produziriam menos e importariam mais arroz. Sem que encontrassem empregos. Os números foram inflados – quanto aos postos de empregos e aos benefícios para o país – para melhor impor esta política. Além disso, as empresas internacionais só ofertam empregos precários e estão inclinadas a se deslocarem assim que as vantagens acordadas nas zonas francas chegarem ao fim (depois de quinze anos), sem ligação alguma com um projeto durável e sem qualquer obrigação com o Estado e o povo haitianos. O(a)s camponese(a)s engrossam majoritariamente as fileiras do setor informal e incham as favelas de Porto Príncipe.

Conclusões

A agricultura camponesa no Haiti não está condenada por um suposto destino, mas pela escolha deliberada das políticas ultraliberais. Estas não cessam de dissimular, sob um jargão economista, as visões, interesses e escolhas antagônicas em confronto. Mesmo a pretensa não competitividade da agricultura haitiana precisa ser questionada. De fato, os cálculos são falhos porque não levam em conta todos os “custos” (ambientais, sociais) e ocultam as subvenções concedidas aos agricultores do Norte, sobretudo estadunidenses, quando fazem a comparação com a produtividade e o preço haitiano. Segundo a Oxfam Amérique, o arroz haitiano, ao contrário, seria competitivo e o “Haiti poderia almejar o aumento da proporção da produção nacional no consumo de arroz de seus atuais 20% para talvez 50 ou 60%, nos próximos 10 a 15 anos”... desde que se instale “uma estratégia nacional de transição” (Oxfam Amérique, 2012: 10). Falta esta estratégia (e vontade) de transição.

Dois modelos antagônicos, conduzidos por atores diferentes, se confrontam. O da burguesia haitiana – conectada à elite internacional – que se reduz à importação/exportação, sobretudo de matéria-prima, e colocada no mercado internacional e os investimentos externos; o dos camponeses haitianos, voltados para a produção e o consumo agrícolas locais. Enquanto o primeiro modelo valoriza a terra em função da riqueza de seu subsolo e de sua estratégia no seio do mercado mundial, o segundo destaca o potencial agrícola no contexto nacional. Este antagonismo, herança do colonialismo e da independência do país em 1804, é catalisado pelas políticas de liberalização das últimas três décadas e pelo fortalecimento do caráter autoritário e repressivo do Estado sob o governo de Martelly. Num ano (supostamente) eleitoral, o desejo de manter o poder se confunde com o poder de impor este tipo de desenvolvimento, ao qual se opõe uma maioria da população. De onde resultam o aumento das tensões e a criminalização dos movimentos sociais.

O modelo defendido pela burguesia haitiana e pelos organismos financeiros internacionais reproduziu a caricatura encenada por Brecht, dizendo que se o povo não convém, seria preciso mudá-lo. É disto que se trata: da tentativa de transformar uma massa camponesa em operários precarizados da subcontratação e das fábricas de montagem das zonas francas.

Em 23 de julho de 2014, na comemoração dos 27 anos do massacre de Jean Rabel¹³, *Tèt kole ti peyizàn*, um dos três movimentos camponeses haitianos

¹³ Em 23 de julho de 1987, os números oficiais revelam que 139 camponeses e camponesas foram assassinado(a)s por militares, antigos membros da milícia dos Duvalier e proprietários de terras. [Nota da tradutora]

membros da rede internacional Vía Campesina, declarou a condição de “legítima defesa” para os camponeses. Um mês antes, Chavannes Jean-Baptiste, dirigente do Movimento camponês papaye (MPP), igualmente membro da Vía Campesina, causou escândalo ao conclamar os camponeses a “empunhar seus facões” para se defenderem contra a venda de suas terras pelo Estado. Ambos os movimentos continuam a pressionar para que haja uma reforma agrária integral.

Nada a fazer, os camponeses haitianos permanecem em grande parte ligados a suas terras e à sua independência. A estratégia das organizações camponesas e de seus aliados para sair do círculo vicioso de empobrecimento e de múltipla dependência, garantindo a soberania nacional e alimentar do país, é tripla: em primeiro lugar, se articular, tentar convergir suas forças para além das divisões – assim, a PAPDA atualmente organiza Cartilhas de reivindicações camponesas em várias partes do país –; em segundo, obrigar o Estado a implementar uma política de apoio estrutural à produção agrícola; por fim, se reforçar por meio das práticas da agricultura camponesa e da economia social. O projeto de sociedade deste(a)s camponese(a)s se opõe frontalmente ao tipo de desenvolvimento em curso. Neste sentido, a chamada não competitividade do campesinato do Haiti é o menor dos problemas diante da frequente ameaça que ele representa à oligarquia do país e aos organismos internacionais neoliberais. Esta ameaça é, para o povo do Haiti e para nós, a promessa intacta da luta de libertação de 1804.

Bibliografia

- CEPALC (2005). *Haiti : questions relatives au développement à court et à long terme*. Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/7/23987/lc-mexl683f.pdf>>.
- COMMISSION EUROPÉENNE (2014). *Évaluation de la coopération de l'Union européenne avec la République d'Haiti, Rapport final*, volume I, agosto. Disponível em: <https://ec.europa.eu/europeaid/sites/devco/files/strategic-evaluation-eu-cooperation-haiti-1333-main-report-201408_fr.pdf>.
- CO-EH – Coordination Europe-Haiti (2013). *L'aide au développement de l'Union européenne à Haïti: que faire pour permettre le changement?*. Comunicado à imprensa, 2 de dezembro. Disponível em: <<http://www.collectif-haiti.fr/data/file/EPFH/131202%20Document%20pour%20MPEs%20-%20Aide%20au%20developpement%20UE%20a%20Haiti.pdf>>.
- DELCOURT, Laurent (2010). *L'avenir des agricultures paysannes face aux nouvelles pressions sur la terre*. *Alternatives Sud*, vol. 17, n. 3. Paris: Syllepse.

- DUFUMIER Marc (1988). Pénurie alimentaire, agriculture paysanne et politique agricole en Haïti. *Économie rurale*, n.188, novembro-dezembro. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/ecoru_0013-0559_1988_num_188_1_3938>.
- FATTON, Robert (2014). Haïti: la politique d'industrialisation par invitation. *Cahiers des Amériques latines*, n. 75, Paris. Disponível em: <<http://cal.revues.org/3109#text>>.
- FMI (2013). *Haïti Country Report No. 13/91*. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2013/cr1391.pdf>>.
- GOVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE D'HAÏTI (2012). *Plan stratégique de développement d'Haïti*. Disponível em: <http://www.undp.org/content/dam/haiti/docs/Gouvernance%20d%C3%A9mocratique%20et%20etat%20de%20droit/UNDP_HT_PLAN%20STRAT%C3%89GIQUE%20de%20developpement%20Haiti_tome1.pdf>.
- GUDYNAS, Eduardo (2013). Extracciones, extractivismos y extrahecciones. *Observatorio del desarrollo*, n.18, Montevideo. Disponível em: <<http://www.extractivismo.com/documentos/GudynasApropiacionExtractivismoExtraheccionesOdeD2013.pdf>>.
- HARVEY, David (2010). *Le nouvel impérialisme*. Paris: Les prairies ordinaires.
- LAMAUTE-BRISSON, Nathalie (2013). *Systèmes de protection sociale en Amérique latine et dans les Caraïbes : Haïti*. CEPAL. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/7/49737/SPS_Haiti_fra.pdf>.
- OXFAM AMÉRIQUE (2012). *Haïti Rice Value Chain Assessment*. Disponível em: <<http://www.oxfamamerica.org/explore/research-publications/haiti-rice-value-chain-assessment/>>.
- PAPDA (2013a). *Budget national et secteur agricole: quelle cohérence dans les politiques publiques?*
- PAPDA (2013b). *Étude sur la révision du cadre tarifaire haïtien*.
- THOMAS, Frédéric (2014). Enfin des bonnes nouvelles d'Haïti? *La Libre Belgique*, 12 de março. Disponível em: <<http://www.cetri.be/spip.php?article3398>>.
- UNION EUROPÉENNE (2014). L'Union européenne marque des points dans la lutte contre le protectionnisme. Comunicado à imprensa, 20 de março.
- USAID (2005). *The Regulatory Guillotine Strategy*. Disponível em: <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNADG614.pdf>.